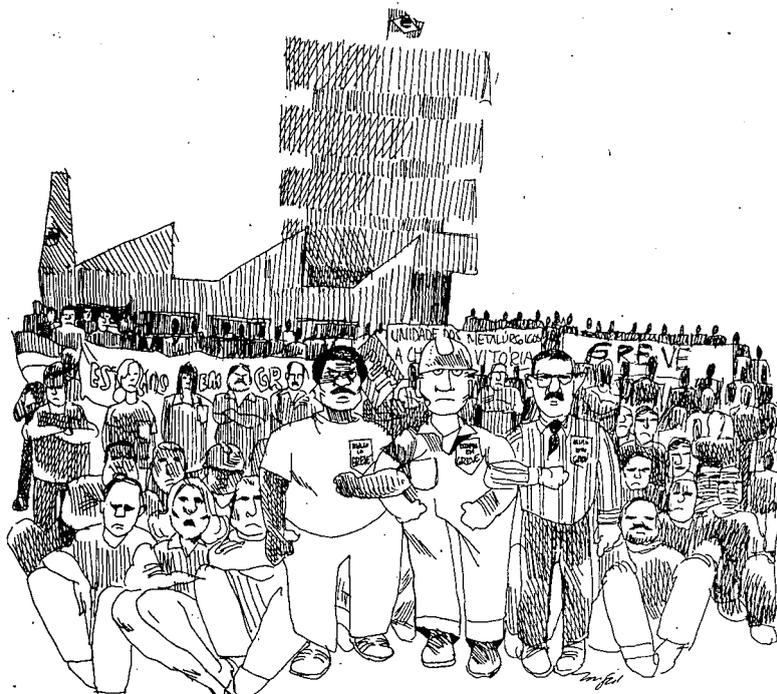

Aconteceu

TRABALHADOR GOLPEADO

KARDEX	(X)
MC	(OK)
PP	(φ)
DOC. GERAL	()

As esquerdas e parte do PMDB ganharam no voto, mas houve manobra e a reforma agrária ficou como queria a UDR e o Centrão

Mem de Sá



Estatais podem voltar à greve

**CPT: trabalhador
é igual a escravo no
Bico do Papagaio**

**Senadores denunciam
massacre de Índios
ao Presidente Sarney**

Nota da Redação

Aconteceu semanal é uma publicação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) dedicada ao acompanhamento das lutas encaminhadas por diversos setores populares. As notícias da semana estão agrupadas nas seções Trabalhadores Rurais, Trabalhadores Urbanos, Índios, Educação Popular e Igrejas, que compreendem os programas básicos de atuação do CEDI.

O ACONTECEU trabalha com notícias veiculadas durante a semana pelos principais veículos de comunicação do país (jornais e revistas) vinculadas aos temas básicos dos programas relacionados acima.

É pretensão ainda do ACONTECEU dedicar parte de seu espaço para as informações fornecidas diretamente pelos leitores ou pelas pessoas que atuam direta, ou indiretamente, nestes programas. Assim gostaríamos de contar com a colaboração de todos que igualmente se identifiquem com a nossa proposta, que tem a única e exclusiva intenção de se colocar a serviço dos movimentos populares.

São assinantes do ACONTECEU líderes indígenas, sindicatos urbanos e rurais e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e tantos outros.



Aconteceu N.º 454
14 a 20/05/88

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Coaraze Velho, 98
Fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 825-5544
01226 - São Paulo - SP

Editor:

Xico Teixeira
Editora assistente

Lygia Dutra

Composição

Katia Simões

Produção Gráfica:

José Truda Jr.

Lúcia Carrera

Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa

Assinatura Anual

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85,00 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 400,00

América Latina US\$ 80 América do Norte US\$ 95 Europa África e Ásia US\$ 75

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação Rua Coaraze Velho, 98 - Fundos - CEP 22241 Rio de Janeiro - RJ.

CONSELHO DE PUBLICAÇÕES

Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Júnior
Jether Pereira Ramalho (coordenador)

Marcus Vinicius Grod Borges
Neide Esterci
Sérgio Alli
Vera Maria Masagão Ribeiro
Xico Teixeira

Em estudo nova greve nas estatais

Até dia 20 deste mês os trabalhadores das estatais, funcionários públicos federais, estaduais e municipais e os bancários de todo o País estarão realizando assembleias setORIZADAS para definir a posição de cada categoria diante da proposta do comando nacional de deflagração de uma nova greve contra o arrocho salarial no próximo dia 25. Nos dias 21 e 22 em, Brasília, o comando voltará a se reunir para um avaliação sobre a mobilização dos trabalhadores, ocasião em que será definida também a duração do movimento.

No Rio, o comando nacional dos previdenciários decidiu encaminhar para as plenárias regionais da classe, marcadas para dia 18 próximo, a proposta de greve por tempo indeterminado.

— Mesmo que o comando-geral decida pela determinação do tempo de greve nos dias 21 e 22, os previdenciários poderão seguir em greve, pois temos uma pauta específica a ser respondida pelo Governo. E caso até lá não haja a abertura de negociações, certamente os 230 mil previdenciários entrarão em greve no dia 25, sem prazo para retornar ao trabalho — afirmou Jairo Coutinho, presidente da Federação Estadual dos Previdenciários do Rio.

Os previdenciários do Rio têm assembleias marcadas para o dia 18, às 18 horas, na Rua México, 128, quando deverão homologar a proposta do comando da categoria, que, por sua vez, será levada à plenária nacional em Brasília.

Justiça garante URP em quatro estados

Seteliminares, concedendo a URP de abril e maio aos trabalhadores de empresas estatais, foram concedidas pela Justiça do Trabalho do Rio, São Paulo, Campinas e Recife. Com estas decisões, saíram beneficiados os funcionários da Eletrobrás e da Itaipu Binacional, do Rio, um empregado da Vale do Rio Doce, também do Rio, 4 500 funcionários da Caixa Econômica Federal do Estado de São Paulo, 1 200 petroleiros de Paulínia, em Campinas, e os 25 funcionários do Tribunal Regional do Trabalho, em Recife.

No Rio de Janeiro, segundo Antônio Dória do Sindicato dos Urbanitários, o juiz Aluísio Santos, da sexta Junta de Conciliação e Jul-

gamento do TRT, deu liminar na ação cautelar impetrada pelo sindicato em favor dos 2 000 funcionários do escritório central da Eletrobrás. O mesmo sindicato ingressou com medidas cautelares em nome dos funcionários da Itaipu Binacional sediados no Rio, da Ligth e da Cetel.

No Recife, os beneficiados foram os 25 funcionários do próprio Tribunal Regional do Trabalho que ingressaram com ação cautelar na sexta Junta de Conciliação e Julgamento. O juiz Francisco Alves dos Santos deu ganho de causa aos funcionários alegando que “o congelamento da URP é inconstitucional”. (JB-5/5/88)

TST dá 73,55% a marítimos

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) concedeu aos marítimos do Lloyd Brasileiro reajuste de 73,55% sobre os salários de janeiro, ao julgar o dissídio coletivo da categoria. O índice contraria a política econômica do governo, já que o Conselho Interministerial de Salários das Estatais (Cise) autorizou apenas aumento de 38%.

A decisão do TST tomou por base o índice de reajuste concedido aos empregados das em-

presas privadas de navegação. Esse índice deverá também ser concedido pelo Tribunal aos marítimos da Companhia Vale do Rio Doce. Na quarta-feira à noite, dia 4 os ministros da área econômica estudavam a possibilidade de reduzir folha do Lloyd, com demissões. O diretor financeiro do Lloyd, José Roberto Vinhais, afirmou que “em princípio, a decisão do TST deverá ser acatada”. (JB-5/5/88)

Trabalhador continua recorrendo

Apesar da decisão do Tribunal Federal de Recursos, os trabalhadores, através de suas entidades representantes, continuam entrando com ações na Justiça do Trabalho, numa tentativa de garantir as URPs congeladas pelo Decreto-Lei 2.425. Para eles, o Decreto é inconstitucional e essa é a principal questão em discussão nos seus recursos diante da Justiça. No dia 9, a Federação Nacional dos previdenciários impetrou mandado de segurança contra a aplicação das medidas do Decreto 2.425, em Brasília, numa tentativa de garantir o pagamento das URPs para 230 mil profissionais do Inamps, Iapas e INPS em todo País.

O advogado do Sindicato dos Telefônicos do Rio, Edgar Bernardes, ingressou com uma

petição requerendo audiência especial com os Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho na tentativa de explicar os motivos dos trabalhadores em não aceitar o congelamento das URPs. Ele explicou que assim como o Governo que esteve reunido com os mais altos representantes do Poder Judiciário do País o operariado também tem o mesmo direito assegurado por Lei.

— Está estabelecido na Constituição o dispositivo de iguais oportunidades de defesa para todos. Os Ministros dos Tribunais de Justiça terão que ouvir e julgar a justeza da posição dos servidores das estatais e funcionalismo público — concluiu.

TRT mantém pagamento da URP na Docegeo

A Docegeo não conseguiu embargar a liminar que obriga a pagar, a URP de março a todos os seus funcionários. O juiz Azulino Joaquim de Andrade Ponte indeferiu o recurso impetrado pela empresa e manteve em vigor a liminar que garante o pagamento da URP, concedida no dia 3 pelo juiz Iralton Benigno Cavalcanti, da oitava Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho do Rio.

A decisão do TRT de manter a URP para o pessoal da Docegeo é uma derrota decisiva pa-

ra o governo, que esperava parecer favorável da justiça para manter o congelamento por dois meses dos salários do setor público. A negativa ao pedido da Docegeo obriga o governo a se preparar para pagar a URP a todos os funcionários, jogando por terra a política de contenção da folha de pagamentos idealizada pelo ministro Mailson da Nóbrega, na tentativa de reduzir o déficit público em 1% do Produto Interno Bruto. (JB-6/5/88)

TFR suspende liminar do pessoal da Caixa

A Caixa Econômica Federal conseguiu do ministro Carlos Thibau, do Tribunal Federal de Recursos, a suspensão por 90 dias da liminar da Justiça Federal que garantia a seus funcionários o pagamento da URP em abril e maio. A decisão foi tomada um dia depois da reunião do presidente José Sarney com os presidentes dos tribunais superiores.

A suspensão da liminar não dá ganho de causa ao governo, porque o processo ainda será julgado pelo TFR. O juiz Gonçalves de Oliveira, da oitava Vara da Justiça Federal, de São Paulo, teve dois dias para fornecer informações ao TFR. Agora, a Subprocuradoria Geral da República dará parecer e só depois haverá julgamento.

Em São Paulo, o ministro Mailson da Nóbrega reafirmou que o governo esgotará todos os recursos legais para manter a suspensão do pagamento da URP por dois meses, porque nesse caso, não haverá necessidade de demissões. "Essa é a hipótese com que trabalhamos".

Na reunião de domingo, dia 8 com os presidentes dos tribunais superiores Sarney se queixou de que a nova Constituição deixará para a União apenas 19% de toda a arrecadação nacional, acrescentando que, se ela for promulgada nos próximos dias, o governo não terá condições de cumpri-las, devido à grave situação do Tesouro. (JB-10/5/88)

Socialismo derrota direita na França

Reuter



O socialista François Mitterrand, 71, foi reeleito presidente da França por mais sete anos. Ele venceu em segundo turno o candidato da direita, o primeiro-ministro Jacques Chirac. Apurados 31,7 milhões de votos entre 37,5 milhões de eleitores, Mitterrand teve 53,91% dos sufrágios contra 46,09% de Chirac. De nada valeu o esforço feito por Chirac nos últimos dias. Ele libertou os três últimos reféns franceses no Líbano e ordenou a invasão de uma caverna na Nova Caladônia, onde mais 23 reféns estavam retidos por separatistas.

O próximo passo de Mitterrand será nomear o novo primeiro-ministro. Caso não consiga governar, vai dissolver a Assembléia Nacional e convocar eleições legislativas para tentar fazer uma maioria parlamentar que lhe garanta um governo tranquilo. A direita tem hoje a maioria. Os dois socialistas mais cotados para ocupar a chefia do governo são Michel Rocard, 57, e Pierre Bérégovoy, 62.

Jacques Chirac reconheceu a derrota dez minutos depois que as televisões anunciaram o novo presidente, com base em pesquisas eleitorais e na apuração dos primeiros resultados, exatamente às 20h. Ele desejou "boa sorte a França e boa sorte aos franceses". Mitterrand dirigiu-se à França desde a cidade onde foi prefeito, Chateau-Chinon, e prometeu consagrar o principal de seu esforço na busca de igualdade de chances através da escola. (Folha SP-9/5/88)

Rebelião de contras em Honduras

Dirigentes anti-sandinistas iniciaram dia 10 uma rebelião nos principais redutos militares dos contras em Honduras. Seu objetivo é depor o ex-coronel Enrique Bermudez, principal líder militar rebelde, que vem tendo sua autoridade contestada por se opor aos acordos assinados com os sandinistas. Segundo fontes rebeldes, a rebelião é liderada pelo "comandante" Diógenes Hernández, contra quem o governo hondurenho

decretou uma ordem de expulsão do país na semana passada. Ele estaria recebendo apoio da maioria dos redutos rebeldes e se encontraria na base Yamales. A informação foi parcialmente confirmada pelo governo norte-americano e o Exército de Honduras anunciou que não permitirá confrontos dos rebeldes anti-sandinistas em seu território. Há cerca de cinco mil contras em território hondurenho.

CPT denuncia trabalho escravo

O negro cedeu lugar ao branco, mas o trabalho escravo na região continua e só no ano passado, mais de 800 trabalhadores foram mantidos em regime de escravidão e servidão nas áreas do Sul do País, Norte de Goiás e Sudoeste do Maranhão, que compõem a Diocese do Araguaia Tocantins ou popularmente conhecido "Bico do Papagaio".

A informação consta de documento da Comissão Pastoral da Terra do Araguaia Tocantins, distribuídos esta semana em Belém, no qual também são abordados outros aspectos da violência no campo.

Segundo o documento, em 1967 foram mortos 23 posseiros em Conceição do Araguaia (Pará), 6 em São Félix do Araguaia (Pará) e 6 em Cristalândia, Miracema do Norte e Tocantinópolis (Goiás), havendo ainda 148 sob ameaças de morte.

Os números que mais se destacam, porém, são os de trabalhadores mantidos sob cárcere privado, que foram mais de 800 so em Conceição do Araguaia, no Sul do Pará.

Pedindo uma ação enérgica do Ministério do Trabalho e da Justiça para levar aos tribunais os responsáveis por essa escravidão branca que

campeia no Sul do Pará, a CPT diz que de 1985 a 1987 o número de casos de escravos em fazendas aumentou de 284 para 860, e que o número de trabalhadores assassinados por questões trabalhistas também tem aumentado. Foram apenas 4 em 1984 e 7 no ano passado.

Diz ainda o documento da CPT que pelo menos 24 imóveis praticam de alguma forma a escravidão branca e que 2.385 trabalhadores rurais já passaram por esse regime de trabalho nos anos anteriores, sendo que nos últimos 8 anos foram assassinados 41 trabalhadores durante fugas ou acertos de conta.

Os imóveis (fazendas) localizam-se em Redenção (Macedônia, Santa Ernestina, Santa Luzia), Santana do Araguaia (Belo Horizonte, Quixada, Inajá-Porã, Rio da Prata, Vale do Rio Cristalino — pertencente à Volkswagen do Brasil — Forquilha, Piquia, Reunidas, Acapu e Agropecus), São Félix do Xingu (Rio Dourado, Panelão e Santo Antônio de Xinguara (Surubix, Santa Rosa, Santa Helena, Fabrício, Espírito Santo, Flor da Mata e Bamerindus) e São Geraldo (Novo Mundo).

Polícia gaúcha expulsa 23 famílias

Um pelotão da Brigada Militar retirou à força, na madrugada do último dia 6, 23 famílias de colonos sem terra que haviam ocupado horas antes a Fazenda Itapuí, em Canoas, RS, com 1.152 ha, desapropriada pelo MIRAD no dia 20 de abril.

O secretário de Segurança disse que enviou a Brigada Militar ao local a pedido do Banco Meridional, ex-proprietário da fazenda. Mas o presidente do Banco, através de seus assessores, negou isso.

Mesmo assim, cerca de 40 policiais permaneceram durante todo o dia na beira da estrada, onde as famílias acamparam depois de expulsas, afirmando que cumprem ordens superiores.

Acampados na rodovia Tabai-Canoas, eles estão em barracas improvisadas, enfrentando o frio e a umidade. Além de 24 crianças, existem no acampamento duas grávidas de sete meses, e os acampados temem que falem água e comida. (JB-7/5/88)

Newton Cardoso é acusado de ser grileiro

O governador de Minas, Newton Cardoso, tem prazo de até o dia 20 para apresentar a sua defesa num processo em que é acusado de grilagem de terras em Taiobeiras, no Norte do Estado, caso contrário poderá ser julgado à revelia. No dia 4, o juiz da oitava Vara Cível de Belo Horizonte, José Altivo Brandão Teixeira, confirmou que o governador já recebeu a notificação, através do seu procurador, José Ornelas Melo.

O processo contra Newton Cardoso é movido por George Francisco da Silva e sua mulher, Maria Ernestina Dantas, que o acusam de se ter apropriado de 3.030 hectares que fazem parte da fazenda Veredão, atualmente em mãos do governador. Foi lá que, em março, Newton recebeu para almoço o presidente Sarney, quando ele esteve em visita ao projeto Jaíba, que fica próximo a Taiobeiras.

Na ação proposta em 1982, o governador é acusado de, através de uma procuração, ter-se apropriado das terras que George da Silva tinha em sociedade com um tio de Newton, Arioval-

do Fernandes de Oliveira. Segundo a filha do fazendeiro, Maria das Gracas Dantas Silva, seu pai comprou a fazenda, em 1971, de Taft Pinheiro Blum e Ormindia Pinheiro Blum, em sociedade com Ariovaldo. Depois de algum tempo, vários posseiros teriam começado a invadir a propriedade e o tio do governador sugeriu que, para apressar a resolução do problema, o caso fosse entregue a um sobrinho, o então deputado Newton Cardoso. E foi através da procuração que lhe foi dada na época, para retirar os posseiros, que o governador se apropriou da fazenda, acusa Maria das Gracas.

Depois de ter sido, desde então, paralisado por diversas vezes, em 19 de fevereiro deste ano o advogado de George Francisco da Silva, Ruy Hermann Araújo Medeiros, pediu a reabertura do processo contra Newton Cardoso. No dia 4, depois que o governador foi notificado, a filha do fazendeiro fez questão de levar pessoalmente o processo de volta a Taiobeiras, para apressar a tramitação. (O Estado de São Paulo-5/5/88)

Violência faz mais vítimas no campo

A comunidade de Nova Olinda, em Goiás, está revoltada com o índice de violência e a impunidade dos assassinos que continuam agindo na região. Seis entidades de trabalhadores divulgaram uma carta/denúncia da morte do lavrador José da Silva Gonçalves e reclamam justiça. Eis a íntegra da nota:

Nos, representantes das entidades abaixo-relacionadas vimos de público manifestar nosso repúdio pelo brutal assassinato cometido contra o trabalhador José da Silva Gonçalves, 49 anos, casado, pai de seis filhos e residente em Nova Olinda — GO. O assassinato aconteceu as 18 horas do dia 21 de abril passado na chácara Leão de Ouro, neste município, tendo requintes de crueldade, uma vez que a vítima teve o pescoço decepado com um profundo corte de faca.

Queremos manifestar o nosso repúdio por outros assassinatos e violências cometidas con-

tra os trabalhadores e entre tantos, citamos o de José Carlos que foi morto no Entrocamento do rio Preto neste município em marco último.

Solicitamos a ação imediata das autoridades no sentido de por fim em tudo quanto ameaça a vida. Queremos também, dizer não a violência e as ameaças contra os trabalhadores de Nova Olinda, vítimas indefesas na luta pela justiça e paz.

Pela punição dos pistoleiros e pelo fim da violência.

Nova Olinda, 02 de maio de 1988.

Entidades: CPT de Nova Olinda, Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Araguaina, Movimento de Mulheres de Nova Olinda, Centro social de Nova Olinda, Partidos dos Trabalhadores, Associação Comunitária de Nova Olinda.

acontecendo

Curto e grosso

Um repórter quis saber do deputado Mário Bouchardet (PMDB-MG), campeão de faltas no Congresso constituinte, se ele acha "justa" as punições que a mesa da Casa pretende impor aos parlamentares ausentes.

Sua resposta: "Nenhum consuinte deveria receber nada para fazer esta porcaria que tá aí." (Painel FSP-5/5/88)

Reabertura dos cofres

Na ânsia de ver os governadores engajados na luta pelos cinco anos, o Planalto anuncia a disposição de rever o atual congelamento de empréstimos aos Estados.

Muitos parlamentares esperam que o governo cumpra as promessas feitas durante a votação do sistema de governo e do mandato, até hoje não efetivadas.

Constituintes que não receberam o que lhes foi prometido àquela época ameaçam "engrossar". (Painel FSP-5/5/88)

Abolição

As entidades do movimento negro realizaram na quarta-feira dia 11 a marcha "nada mudou. Vamos mudar"; contra a farsa da Abolição", que saiu da Candelária em direção à Central do Brasil.

A promoção contou com o apoio de vários setores da sociedade desde a CUT até a igreja metodista, através da Comissão Regional de Combate ao Racismo. (Informe JB-5/5/88)

Apetite

Apesar da greve que paralisou quase que totalmente a sede de Furnas, em Botafogo, o presidente da empresa, Camilo Penna, e os seus diretores trataram de não correr nenhum risco de perder o cafézinho e o lanche durante estes dias.

Desde segunda-feira, véspera de greve geral, cinco copeiros e um garçom ficaram dormindo no prédio da Real Grandeza.

A energia do presidente foi garantida. (Informe JB-5/5/88)

Política do corpo

Cartaz exibido na passeata dos funcionários das estatais, no Centro do Rio:

Greve é que nem o primeiro beijo, o segundo sempre acontece. (Informe JB-5/5/88)

Típico

Irritado, muito irritado, o deputado Jesualdo Cavalcanti (PFL-PI) deixou de comparecer à sua audiência do dia 5 com o presidente Sarney, no Palácio do Planalto.

É que ele perdeu a presidência da LBA em Teresina, depois de votar contra as determinações da liderança do PFL na na Constituinte.

É um caso típico: não deu, não recebeu. (Informe JB-6/5/88)

Os riscos

De Pazzianotto às lideranças grevistas: "O exercício do direito de greve encerra riscos para a empresa e para os grevistas. Quem imaginar que leva uma categoria a fazer greve sem riscos esta levando esses trabalhadores a um equívoco. Em qualquer parte do mundo, greve tem riscos. Para os trabalhadores e empresas." (Painel Folha SP-5/5/88)

Ponto final

A amigos e interlocutores mais próximos, o senador Fernando Henrique Cardoso — o segundo político mais votado do Brasil em todos os tempos, com mais de seis milhões de votos nas eleições para senador em 1986 — tem dito que sai do PMDB até o próximo dia 5 de junho, data marcada para a convenção do partido, que, contudo, poderá ser adiada.

"Saio com convenção ou não", avisa o senador. (Informe JB-9/5/88)

Limpendo o terreno

O presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, esteve semana passada no gabinete da Presidência da República encaminhando, pela quinta vez, pedido para ser reexaminada a expulsão dos missionários e médicos da área indígena Yanomami. Quem trabalhava junto com os índios, em apoio as suas lutas e reivindicações, foi expulso. Os garimpeiros invadiram a área e permaneceram por lá.

Grande família

O superintendente da EBN, Eduardo do Mancaz, reforçou sua assessoria. Depois de contratar a cunhada, Cláudia, como secretária, acaba de efetivar a mulher, Cleide, como assessora especial.

Vai acrescentar ao orçamento da família mais 140 mil cruzados. (Informe JB-9/5/88)

Lyra estimula

O deputado e ex-ministro Fernando Lyra cruzou, há dias, com o senador José Ignácio, presidente da CPI da Corrupção, e dirigiu-lhe palavras de estímulo:

“Continue mandando brasa, senador.” (Painel FSP-9/5/88)

Perfis

Do advogado Pedro Dallari, assessor jurídico do PT, sobre Caiado: “E o Le Pen brasileiro”.

De Caiado, sobre ele próprio: “Se estivesse na França, me aliaria a Chirac.” (Painel 9/5/88)

Temor da derrota

No PMDB paulista poucos desejam a realização de eleições municipais em novembro. (Painel FSP-9/5/88)

O dono

De um “histórico” do PMDB, depois da convenção homologatória do partido em São Paulo.

“O PMDB paulista pode agora chamar-se PDQ: partido do Quércio.” (Painel FSP-9/5/88)

Falsificação

A segurança do Congresso constituinte descobriu que andaram falsificando convites para acessos às galerias.

São falsificações grosseiras e emitidas em nome de pelo menos quatro parlamentares: Osvaldo Trevisan (PMDB), José Eliás Murad (PTB), Mendes Thame e Etevaldo Nogueira (ambos do PFL).

As pessoas que estavam usando os convites falsos ficaram misturadas aos convidados do Centrão. (Painel-6/5/88)

Sapos de Archer

O ministro Renato Archer, da Previdência Social, já comunicou ao seu amigo e “guru” Ulysses Guimarães: se o Planalto insistir na substituição dos atuais superintendentes do Inamps no Rio, Salvador e Recife, ele pedirá suas contas.

Acha que esse sapo é maior do que o seu estomago, onde ainda está sendo digerido o sapo da nomeação de José Serrão, médico e amigo de Sarney, para dirigir o instituto. (Painel FSP-6/5/88)

Tortura

Oito meses depois de abrir as conversas, o Brasil está enfim a ponto de fechar um acordo com os bancos credores.

Desde setembro do ano passado, as negociações já passaram aqui por dois ministros da Fazenda e três presidentes do Banco Central.

Só que não mudou a posição dos banqueiros. (Informe JB-11/5/88)

Negócio

A seguradora Fortaleza — do grupo Bradesco — está mudando de mãos.

Quem está comprando é o empresário Roberto Marinho, em associação com dois ex-diretores da Bradesco Seguros: Nilton Molina e Mário Petrlli. (Informe JB-11/5/88)

Rock fardado

Autoridades, civis e militares, convidados e demais presentes a solenidade de transmissão do comando militar do Sul, em Porto Alegre, presenciaram um momento de confesso embaraço, quando o general Edison Boscacci Guedes — que passou o cargo ao general Clóvis Borges de Azambuja — discursava.

Por ironia do destino, o sistema de sonorização do local sofreu uma interferência de uma rádio FM, que tomou conta dos alto-falantes com um rock ensandecido, abafando por completo as palavras do general Boscacci, enquanto todos trocavam olhares e cochichos de espanto.

Foi preciso que o general interrompesse o discurso e fizesse um sinal a um dos seguranças para que tomasse providências.

Show

Armado de uma lata de inseticida em aerosol, o líder do PFL na Assembléia Legislativa de Minas, deputado Milton Salles, subiu a tribuna e lembrou que ali estivera, no último domingo, discursando durante 40 minutos, na convenção regional do PMDB, o governador Newton Cardoso.

E pos-se a aspergir o líquido por todos os cantos, sob o argumento de que o local necessitava ser “desratizado”.

O deputado recomendou ainda ao presidente da Assembléia, deputado Neif Jabur (PMDB), que assistia perplexo a cena, que contratasse uma empresa para detetizar todo o prédio.

Funai pune aliados dos Ticuna

Em telex enviado no dia 6 de maio às unidades administrativas do órgão em todo o país, o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, proibiu os integrantes do Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões Maguta de ingressarem em todas as áreas indígenas do país, "em face do comportamento na área indígena ticuna ser incompatível com as diretrizes da política indigenista do governo brasileiro". A punição aos membros do CDPAS ocorre um mês após o massacre de 14 índios ticuna no Igarapé Capacete, num contexto de violência crescente dos territórios ticuna.

O Centro Maguta, que vem apoiando a luta dos ticuna pela terra e suas formas próprias

de organização, e uma entidade sem fins lucrativos, com sede em Benjamin Constant (AM), fundada em 1985 e composta por antropólogos, indigenistas e que com um conselho consultivo formado por índios ticuna. O Centro, presidido pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho, do Museu Nacional/RJ, vem desenvolvendo um trabalho de memória e levantamento de informações básicas sobre as áreas ticuna do Alto Solimões, bem como produzindo material didático apropriado e orientando a formação de monitores indígenas, junto ao Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT) e a organização geral dos professores ticuna bilingue (OGPTB).

Senadores culpam Funai pela morte de Yanomani

Os índios Yanomami de Roraima e Amazonas estão sofrendo um genocídio de "proporções inéditas". Esta é a denúncia contida na carta enviada ao presidente José Sarney pelos senadores Severo Gomes, Fernando Henrique Cardoso, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Mário Covas, Nelson Wedekin e Luis Viana. O documento foi entregue ao assessor especial Thales Ramalho há cerca de um mês.

"Um genocídio de proporções inéditas — diz a carta — foi dramaticamente desencadeado em território nacional e é para contê-lo que solicitamos urgentíssima intervenção. As vítimas indefesas são os nove mil yanomami, cujas ter-

ras, interditas ao homem branco pelo Ministério do Interior em 1982, foram invadidas nos últimos oito meses por grupos sucessivos de garimpeiros, responsáveis por surtos de malária, gripe e hepatite".

Os senadores responsabilizam diretamente a Funai, informando ao Presidente da República que o órgão suspendeu o convênio com os médicos que tratavam os yanomami com o argumento de que "precisava evacuar a área de brancos", enquanto "garimpeiros continuaram desembarcando, ultrapassando hoje a casa dos seis mil", informa a carta. (Jornal de Brasília-5/5/88)

Perseguição da Funai atinge duas freiras

Duas freiras, representantes do Conselho Indigenista Missionário, estão proibidas de entrar na área indígena Maxacali, em Minas Gerais, porque pregam a desordem, a prática de furtos e, possivelmente, induzem os silvícolas ao consumo de bebidas alcoólicas.

É o que informa nota distribuída dia 23 pela Funai, em Brasília. A decisão de proibir o acesso das freiras Angela e Leila naquela área indígena foi tomada pelo presidente da entidade Romero Jucá Filho, depois de a Polícia Federal ter comprovado as denúncias contra elas.

As freiras, segundo a Funai, moram há cerca de dois anos em Maxacali, Município situado nas proximidades da reserva indígena, e estão a serviço da diocese de Teófilo Otoni-MG. Na reserva, vivem cerca de 700 índios. (Diário do Grande ABC-24/4/88)

Bispo nega incitação aos índios Makuxi

O bispo de Roraima, d. Aldo Mogiano, negou as acusações de que religiosos da região orientados pelo padre Luciano Stefanini, da missão de Maturaca, tenham incitado os índios makuxi a construir curral em terras do fazendeiro Jair Alves. O bispo fez apelo ao ministro do Interior para que "ponha fim as calúnias contra os religiosos e reconheça os direitos dos índios a terra onde eles moram". D. Aldo Mogiano disse que os índios construíram um retiro na área onde moram, para abrigar 52 reses que irão receber da diocese de Roraima. Acusou o fazendeiro de ocupar grande parte da região onde vivem os makuxi e de querer tomar ilegalmente a área do curral, com ajuda da Polícia Civil de Boa Vista e da Funai local. O bispo lembrou que a fundação vem tentando tirar os religiosos da região deste fevereiro. (O Estado SP-27/04/88)

“Queremos os índios no futuro do Brasil”

A votação do capítulo sobre os índios no Brasil esta próxima. Em apoio as emendas que restabelecem os direitos permanentes dos índios no Brasil, 88 personalidades e 43 instituições enviaram um abaixo-assinado aos parlamentares indicando os dispositivos que devem ser aprovados. As principais propostas em destaque são dos constituintes, Mário Covas, Jarbas Passarinho, Alcení Guerra, Carlos Cardinal e Fábio Feldman. Eis a íntegra do abaixo-assinado:

O tratamento dos direitos indígenas na futura Constituição foi prejudicado pelo choque entre interesses que não são os dos próprios índios. Este interesse e a omissão da Comissão de Sistematização, que não votou o capítulo VIII do Título VIII — “Dos Índios” — do Projeto Constituição colocaram o plenário da Assembléia Nacional Constituinte diante de formulações retrógradas e inaceitáveis, como as de “Terra de Posse Imemorial” e de “Estágios de Aculturação”, entre outras constantes dos textos do projeto não votado e da emenda substitutiva do “Centrão”.

Nós apelamos aos Senhores Constituintes para que restabelecem a possibilidade dos índios fazerem parte do futuro do Brasil — e não apenas do seu passado. Neste sentido, o mínimo que esperamos e a substituição dos textos mencionados pelo resultante da aprovação dos seguintes destaques: DO 1604, do constituinte Alcení Guerra, que modifica o artigo 268 do Projeto de Constituição e suprime os seus parágrafos; DO 0373, do constituinte Jarbas Passarinho, que modifica o artigo 269 e lhe acresce um parágrafo; DO 2180, do constituinte Carlos Cardinal, que mantém o artigo 270; DO 1143, do constituinte Fábio Feldman, que suprime o artigo 271, sendo para isso também possível a utilização dos destaques para a votação em separado dos artigos 271 (do Projeto) ou 266 (do Centrão). ambos do Constituinte Mário Covas.

Assinam o documento

Orlando & Claudio Villas Bôas, Gilberto Gil, Márcio Souza, Darcy Ribeiro, Rita Lee & Roberto de Carvalho, Márcio Santilli, Dalmo Dallari, Fernanda Montenegro, Lucio Flavio Pinto, Frei Betta, Antonio Callado, Washington Olivetto, Herbert de Souza, Sócrates, Roberto da Matta, Manuela Carneiro da Cunha, Roberto Cardoso de Oliveira, Gilberto Velho, Carmen Junqueira, Eunice Durham, Lux Vidal, Otávio Velho, Ruth Cardoso, Modesto Carvalhosa, Fabio Comparata, Eunice Paiva, Marilena Chauí, Roberto Schwarz, Fernando Morais, Washington Novaes, Moacyr Scliar, Marcelo Paiva, João Câmara, Valter Lima Jr., Osmar Santos, D. Tomás Balduino, Benno Milnitzkw, Paulo Ayres Mattos, Cristovam Buarque, José Seixas Lourenço, Edmundo Souta, Ivo Barbieri, Moacyr Fecury, Guilherme de La Penha, Ademar Teixeira, Antonio Candido de Mello e Souza, Antonio Houaiss, Paulo Vanzolini, Oscar Niemeyer, Roberto Baruzzi, João Paulo Botelho, Hermano Penna, Zelito Vianna, Antonio Bivar, Antonio Torres, Baravelli, Mario Crava, Bene Fonteles, Aldemir Martins, João das Neves, Nei Lopes, Fagner, Tetê Espíndola, Erasmo Carlos, Ney Matogrosso, Egberto Gismonti, Paulinho Tapajós, Beth Carvalho, Martinho da Vila, Jards Macalé, Herminio Belo de Carvalho, Baby Consuelo, Pepeu Gomes, Aldir Blanc, Perfeito Fortuna, Lucélia Santos, Louise Cardoso, Luma de Oliveira, Giulia Gam, Zezé Mota, Cassia Kiss, Maitê Proença, Didi, Dedé, Mussum & Zacarias.

ABA|AGB|ANAÍ-BA|ANAÍ-RS|ANDES|ANPOCS|ANPUH|APM|ASESP|CCPY|
 CEDI|COPAS|CEAS|CEBRAPE|CEI-ILCSE|CEPIS|CIMI|CNS|CONAGE|Confederação Israelita do Brasil|CPI-AC|
 CPI-SP|CPI-PE|CTI|CUTIFASE|IAMA|IBASE|IEA|IECLB|IIM|INESC|IPAC-BA|IPU|MAE-UFBa|Memorial Zumbi|
 SBPC|Movimento Nacional de Artistas pela Natureza|OPAN|PKN|SBS|SEDES|Terreiro da Casa Branca-BA.

Reitores na justiça para manter fundações

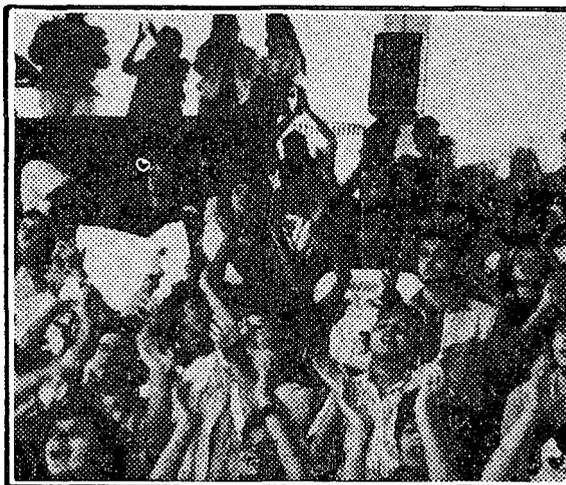
Os reitores das universidades federais entram com ações judiciais, contra o Decreto 95.904, de 7 de abril deste ano, que determina a extinção de todas as fundações de apoio a órgãos da administração pública. Os reitores alegam que o fim das 42 fundações universitárias significará, a curto prazo, a paralisação da produção científica nacional, além de provocar o fechamento da maioria dos hospitais universitários — a segunda maior rede de hospitais públicos do país, depois dos estabelecimentos estaduais, que

oferecem à rede do Inamps nada menos que 13 mil leitos e respondem por cerca de 2 milhões 400 mil consultas ambulatoriais anualmente.

“Esse decreto é um caos completo. As fundações são responsáveis por viabilizar a produção de 90% das pesquisas científicas realizadas no país”, afirmou o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) e reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Rodolfo Pinto da Luz.

Professores fazem greve no Pará

Mais de 10 mil pessoas — professores, funcionários e alunos de escolas estaduais do Pará — participaram de uma passeata na manhã do dia 4 pelo centro de Belém em protesto contra a exoneração de 62 diretores de escolas pelo governador Hélio Gueiros. Os professores da rede estadual estão em greve há mais de um mês, deixando 150 mil crianças sem aula. Eles reivindicam um aumento de 115% já negociado com o governo mas querem também a readmissão das diretoras, o que Gueiros não aceita. Após a passeata, o governador não quis receber uma comissão de professores. (JB-5/5/88)



Pais querem dar ajuda ao ensino público

Uma comissão de mães e professoras do Movimento Pró-Educação das Escolas Públicas Estaduais de São Paulo propôs, dia 26, ao secretário da Educação, Chopin Tavares de Lima, a participação dos pais de alunos na administração das verbas públicas destinadas ao setor, que representam 25% do orçamento do Estado. Essa é uma das propostas do documento elaborado para ser entregue ao governador Orestes Quércia, que tem um único objetivo: a melhoria da qualidade do ensino.

“Queremos ter o direito de opinar”, afirmou Giselia Marcondes, mãe de dois alunos da Escola Estadual Hermano Marchetti, em Pirituba. Eles propõem também a definição de uma política salarial para os professores, a melhoria

da merenda, a reforma dos prédios com a montagem de laboratórios e bibliotecas e a participação de pais e “profissionais comprometidos com a escola pública” no Conselho Estadual de Educação.

As mães e professores fizeram questão de dizer que não queriam fazer cobranças agressivas, mas discutir formas de trabalho conjunto. Para isso, mostraram ao secretário da Educação a importância de uma campanha de fortalecimento das Associações de Pais e mestres e dos Conselhos de Escolas, formados por pais, professores, alunos e funcionários. A participação, segundo elas, é muito pequena e precisa ser valorizada. (O Estado de São Paulo 27/04/88)

Processo do assassinio do Pe. Henrique será reaberto pela quinta vez

Depois de 19 anos, sete promotores, quatro arquivamentos e nenhuma conclusão, o processo que apura o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto, assessor do então arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, mais uma vez foi reaberto. Por decisão do procurador-geral do Estado de Pernambuco, Telga Araújo, o promotor Célio Avelino de Andrade foi designado para o caso e dentro de 15 dias deverá oferecer denúncia, pedir novas investigações ou o novo arquivamento dos 13 volumes — cerca de 4 mil folhas — que formam o processo.

No seu trabalho, o promotor está consciente de duas coisas: se demorar muito na apuração e chegar a 27 de maio de 1989, nada mais haverá para esclarecer, pois o crime prescreverá, como determina a lei, depois de 20 anos.

Se andar depressa e concluir que o crime foi político — como sempre pareceu durante as investigações —, os culpados não serão punidos, por causa da Lei da Anistia, assinada em agosto de 1979.

Muito animado para esclarecer o crime - em

dois dias já leu dois volumes do processo —, Célio Avelino, também nos mesmos dois dias, já começou a receber trotes ameaçadores por telefone. Diz Célio que à Justiça interessa apenas desvendar o crime a apontar os culpados: o resto — afirma — “não tem importância”.

Aos 29 anos incompletos, professor de Sociologia nos colégios Marista e Vera Cruz, padre Antônio Henrique Pereira Neto era o responsável pela pastoral da juventude na Arquidiocese de Olinda e Recife e assessor de Dom Hélder. No dia 27 de maio de 1969, o corpo de padre Henrique foi encontrado num matagal próximo a Cidade Universitária com visíveis sinais de tortura: tinha várias facadas na barriga e hematomas no rosto e no tórax, além de duas balas alojadas na cabeça e pescoço, onde uma corda estava amarrada.

De acordo com os autos do processo, Padre Henrique, segundo o sacerdote Eduardo Orlando Aguiar Amorim, condenara em salas de aula a ação do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que estaria provocando uma onda de terror na cidade. (JB-5/5/88)

Críticas à divisão da Arquidiocese de S.P.

Entidades de direitos humanos, pastorais, políticos e intelectuais divulgaram nota na qual criticam o projeto do Vaticano de desmembrar a Arquidiocese de São Paulo, com a criação de dioceses autônomas nas regiões de São Miguel, Santo Amaro, Osasco e Itapeverica da Serra.

Segundo o documento, a organização da Arquidiocese ficará comprometida com a divisão. Subscrita, entre outros, pelo Deputado federal Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) e pelo jurista Hélio Bicudo, a nota foi enviada ao Presidente da Congregação para os Bispos do Vaticano, Cardeal Bernardim Gantin, e ao Núncio Apostólico, Dom Carlo Furno. (O Globo-6/5/88)

Leonardo Boff volta à União Soviética

No final do próximo mês, o teólogo franciscano Leonardo Boff estará na União Soviética como convidado da Igreja Ortodoxa Russa para as celebrações do primeiro milênio da cristianização da antiga Rússia (fato ocorrido no ano de 908 quando foi batizado o príncipe Vladimir).

A viagem de Boff faz parte de uma estratégia de aproximação cristã-marxista, através da Teologia da Libertação. Boff visitará, também, a República Soviética da Geórgia, onde será lançado um livro, de autor ortodoxo, sobre a Teologia da Libertação.

A dança dos números e dos espertos

A batalha da Reforma Agrária começou uma semana antes da votação final, com a derrota do Centrão que não conseguiu aprovar seu texto original e com a ausência de propostas que levou ao "buraco negro". O relator da Comissão de Sistematização foi encarregado de elaborar um texto alternativo e apresentou no início da semana passada aos Constituintes. Mais uma vez, os representantes dos latifundiários não conseguiram impor suas propostas, enquanto parte do PMDB e as esquerdas (PT, PDT, PSB e os partidos comunistas) se articulavam para apresentar um destaque alternativo que garantisse a aprovação da reforma agrária justa.

Nesse momento, o líder dessa parte do PMDB, Senador Mário Covas, afirmava que tinha também o apoio de parte do PDS, PFL e PL que estavam antes com o Centrão. Não foi isso, entretanto, que se verificou na votação da terça-feira. O próprio Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, demonstrou que sua posição tendia mais para a direita do que para as propostas da esquerda. A discussão maior foi por conta do proces-

so de votação dos destaques apresentados pelo Centrão e esquerdas.

Falsificação

A contestação maior foi feita pelos deputados José Genuíno (PT-SP) e Brandão Monteiro (PDT-RJ). Mas suas argumentações não foram aceitas por Ulysses que manteve sua tendência centrista. O ponto de maior polêmica ficou por conta da denúncia de fraude que foi apresentada à mesa de que haviam várias assinaturas falsas no requerimento de destaque apresentado pelo Centrão. Reclamaram que não tinham assinado o pedido de destaque os deputados José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE), Roberto Brand (PMDB-MG), Aécio Neves (PMDB-MG), José Maria Eymael (PDC-SP), Fábio Feldman (PMDB-SP) e Rita Camata (PMDB-ES), entre tantos outros.

O poli-presidente Ulysses Guimarães não tomou conhecimento das denúncias e somente depois da votação é que disse que iria encaminhá-las ao Corregedor da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), do Centrão, para apreciá-las. O resultado disso não é difícil de imaginar...

PT critica as duas propostas

A liderança do Partido dos Trabalhadores na Constituinte divulgou nota, assinada pelo deputado Luiz Inácio da Silva (SP), afirmando que "nenhuma das normas relativas a reforma agrária em votação no plenário fornece um instrumento eficaz para realizá-las. Ambas são instrumentos precários que, se não impossibilitam a reforma, deixam sem solução os obstáculos administrativos que estão provocando demora excessiva das desapropriações."

A nota do PT diz ainda que "é lamentável que os constituintes, temerosos da reação de uma ínfima minoria de grandes lati-

fundiários, tenham se recusado a aprovar uma regulamentação da propriedade rural apta a dar solução aos gravíssimos problemas sociais que estão conflagrando o campo brasileiro".

O documento acrescenta: "Tamanha foi a vacilação que nem a emenda de fusão apresentada pelas bancadas progressistas para estabelecer tamanho aos latifúndios e a imissão imediata de posse das propriedades desapropriadas chegou a ser incluída na pauta das votações". O deputado Roberto Freire (PCB-PE) também contestou o resultado da votação. (O Estado de SP-11/5/88)

Contag vai denunciar os traidores do povo

Os traidores do povo. Assim serão chamados os constituintes que votaram contra a reforma agrária. Os nomes e a posição de cada vão ser espalhadas pelo país por diversas entidades. A Contag, por exemplo, filmou toda a sessão em vídeo e disse que vai passar a fita para todos os trabalhadores, nas milhares de comunidades existentes no país.

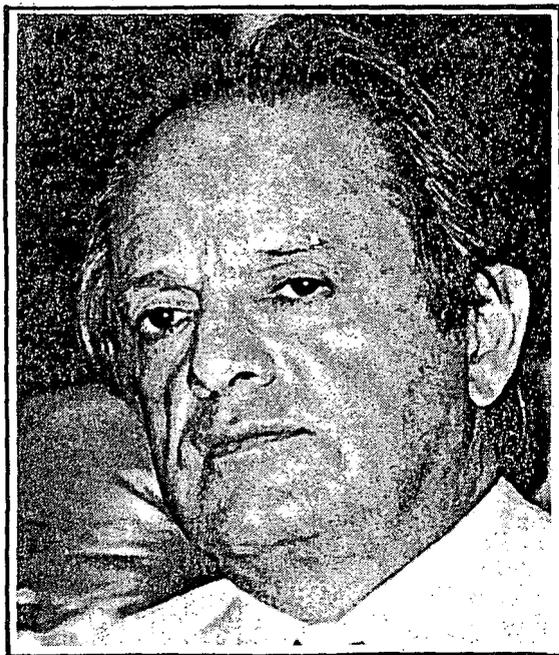
A resposta popular, segundo Francisco Urbano, tesoureiro da Contag, será nas eleições para prefeitos e paragovernadores. Já o senador Mário Covas, líder do PMDB, começou a divulgar os traidores logo após a votação. Apesar dele próprio ter agido de forma muito moderada, Covas apontou "focos de traição" com a quebra de acordo por parte do PDS, a maioria da

bancada dos evangélicos, os quercistas e o grupo ligado ao Ministério da Agricultura, Iris Resende.

Praticamente todas essas traições já eram esperadas pelos grupos de esquerda que estavam com o PMDB. Da chamada bancada evangélica, que tem 34 representantes, apenas cinco deputados votaram com as esquerdas: Lysâneas Maciel (PDT-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ), Elson Aguiar (PDT-ES), Celso Dourado (PMDB-BA) e Lésio Satles (PMDB-ES).

Pelo menos três quercistas surpreenderam as lideranças do PMDB: e votaram com o Centrão (acompanhando o grupo do Governador de São Paulo). Foram eles: Hélio Rosas, Samir Uchoa e Michel Temer.

Lysâneas critica atuação dos evangélicos



"Essa bancada evangélica não existe". A afirmação é do deputado evangélico Lysâneas Maciel (PDT-RJ), da Igreja Presbiteriana. Lysâ-

neas disse o que existe é um grupo de muitos conservadores, "sobretudo ligados a Assembléia de Deus", que tenta criar a imagem de que é bancada, mas na verdade funciona como linha auxiliar do governo.

O deputado carioca denunciou distribuição de verbas, de empregos e de favores aos "evangélicos" numa clara cooptação por parte do governo. "É preciso que os fiéis façam hoje uma análise profunda, rápida e urgente, da atuação daqueles que se dizem seus representantes", disse Lysâneas. O deputado lembrou ainda que esse grupo reacionário esquece o que diz o versículo 3 que a autoridade vem de Deus para o bem. "Eles abandonaram a missão profética (se é que tiveram algum dia) e se agarraram a parte sacerdotal", disse.

Lembrando que cada dia cresce a corrente "eletrônica" entre os evangélicos da Constituinte, Lysâneas condenou o "requintado anticomunismo" de muitos desses representantes. Para ele, essa bancada justificou o apoio ao Centrão como só para mudar o Regimento da Constituinte. "Agora está provado que esse apoio serve para permitir manobras como essa ocorridas na votação da reforma agrária.

Minoria da direita manobra e aprova a reforma da UDR

Numa de suas sessões mais tensas e tumultuadas, a Constituinte decidiu semana passada que as terras produtivas, mesmo que não cumpram uma função social, não poderão ser desapropriadas para efeito de reforma agrária. Faltaram 12 votos à aliança de parte do PMDB com os partidos de esquerda para manter a íntegra do texto do relator Bernardo Cabral, que previa a possibilidade de desapropriação.

Apesar de ter recebido a maioria dos votos (267) o parágrafo primeiro do artigo 219 do texto do relator Bernardo Cabral, teve a expressão relativa à função social, retirada pelo voto da direita (253). Houve ainda 11 abstenções. A sessão teve até troca de socos entre os deputados Paulo Ramos (sem partido-RJ) e José Lourenço, líder do PFL.

“Isto é igual ou pior que o Estatuto da Terra feito pela ditadura”, desabafou Francisco Urbano, tesoureiro da Contag, após a votação. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) surpreen-

deu quando fez um aparte contra o Centrão e a UDR dizendo que os constituintes contrários à votação estavam sendo vítimas de equívocos deliberados de lideranças com interesses políticos. Sua crítica à UDR foi mais longe: acusou os grandes proprietários de criarem confusão e envolver os pequenos e médios, que pelo texto estariam a salvo de qualquer desapropriação.

Enquanto isso, bradava o líder do PTB, deputado Gastone Righi, em alto e bom tom frases que fariam inveja ao mais reacionário dos direitistas: dizia que o verdadeiro fim da reforma agrária não é justiça social seu principal escopo é fazer a terra produtiva...

As polêmicas e acusações estavam em todos os cantos do plenário. Nas galerias, a vantagem numérica era da UDR, isso porque os trabalhadores não tiveram acesso as senhas que permitiriam a eles assistir (e pressionar como fizeram os proprietários) a votação.

Manipulação e manobra

O que se viu no Congresso naquela terça-feira foi uma verdadeira batalha desigual onde os representantes da UDR (dos latifundiários e dos médios proprietários rurais, a maioria iludida por falsos líderes) ocuparam as galerias do plenário enquanto centenas de trabalhadores eram barrados e tinham que ficar nos corredores de acesso ou fora do Congresso. A mesa da Constituinte manipulou a entrega de credenciais e beneficiou apenas aos grupos de direita.

A manipulação e manobra não ficaram só nisso. Os deputados ligados aos grupos progressistas e de esquerda denunciaram também o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, de ter decidido irregularmente a inversão do mando da votação. Cabia exclusivamen-

te ao Ulysses decidir qual a proposta que teria que obter o quorum de 280 votos para ser aprovada. Em todas as ocasiões anteriores em que houve esse tipo de discussão, Ulysses decidira que o quorum teria que ser alcançado pela parte que apresentasse o destaque para a votação. Para a reforma agrária, o poli-presidente Ulysses decidiu ao contrário. As esquerdas é que teriam que conseguir 280 votos para manter o texto original do relator.

Isso modificou totalmente o resultado. Na verdade, a maioria da Assembléia Nacional Constituinte votou contra o Centrão, mas não obteve o quorum para derrubar o destaque apresentado. Mais uma vez, a maioria é derrotada por uma minoria que é corrompida pelo poder e favorecida pelos falsos democratas.